

## Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços

*Cardoso, Marta Rezende; Garcia, Claudia Amorim. Curitiba: Juruá, 2010, 163 p.*

**Maria Regina Maciel\***

O livro de Marta Rezende Cardoso e Claudia Amorim Garcia é instigante desde o seu título, ao dar destaque a questões que serão desdobradas com elegância e simplicidade. Nele encontramos dez belos trabalhos integrados por compartilharem o mesmo tema, mas que, no entanto, conservam certa independência. São textos que, baseados no mesmo solo conceitual freudiano, apresentam uma marca autoral própria. Da mesma forma, entrelaçam contribuições e releituras de diferentes autores como Jean Laplanche, André Green, Donald Winnicott, Luis C. Figueiredo, entre outros.

Trata-se aqui de uma compilação de artigos que mostram afinidades entre as autoras. Ambas investigam questões teóricas e clínicas em torno da problemática dos limites psíquicos. Mais especificamente, aspectos estruturantes tanto do processo de constituição das fronteiras psíquicas quanto da clínica dos pacientes fronteiriços. Este, sem dúvida, é um debate pertinente a nossa clínica contemporânea repleta de casos de depressão, adicção e anorexia, entre outros.

O primeiro capítulo apresenta a hipótese de uma marcante servidão ao outro interno nos estados limites. Visando ultrapassar a clássica idéia de falha narcísica dessas configurações clínicas, eleger o registro do auto-erotismo como central nas discussões sobre o tema. O auto-erotismo pode-se definir por estado anárquico que precede a convergência das pulsões parciais sobre um objeto comum que, por seu turno, caracteriza o narcisismo. Há naquele uma ausência de objeto total, mas não de objeto parcial fantasmático. É diante deste último objeto que os sujeitos encontram-se passivos, escravizados, numa paixão mor-

---

\* Psicóloga, Psicanalista, Membro Efetivo/CPRJ, Profa. Adjunta Departamento de Educação/ UERJ.

tífera. Porém, isto não se deve a uma indiscriminação entre o eu e o outro. Central, nestes casos, é a servidão ao outro, objeto único ao qual trava um embate compulsivo.

O outro é entendido à luz das indicações de André Green a respeito do “trabalho do negativo”. A servidão é ao objeto fonte da pulsão, enquanto aquele que instaura um desamparo psíquico resultante de sua “ação psíquica”. Ação esta que é inaugural e que comporta uma dupla face: “traumática, mas simultaneamente constitutiva do espaço egóico” (p. 26).

Encontramos também a questão dos limites psíquicos no segundo capítulo. Para ampliar nossa compreensão do assunto, a autora localiza duas afirmativas de Freud em 1925, no texto *A negativa*, que foram retomadas em 1930, no *Mal-estar na civilização*. A primeira afirmativa postula uma inicial indiferenciação eu - mundo sob a forma de um “sentimento oceânico”, que foi desdobrada por Winnicott na sua figura emblemática do paradoxo. A segunda afirmativa - que defende a necessidade da dimensão de ausência no processo de diferenciação interno-externo quando “Freud postula que a perda de objetos de satisfação é condição *sine qua non* para que se dê o teste de realidade, isto é, para que o objeto da representação seja reencontrado lá fora, na realidade externa” (p. 33) - foi desdobrada por Green. Para este último autor, a ausência de objeto de satisfação é decisiva na construção de representação da realidade externa e, portanto, dos limites psíquicos.

O segundo capítulo ressalta ainda que, para Green, pulsão e objeto não se confundem, mas se determinam reciprocamente. A compreensão dos destinos desta relação requer a consideração do já citado “trabalho do negativo”, no qual negativizar significa dizer *não*, o que estabelece limites possibilitadores da atividade representacional. Green, a partir da segunda teoria pulsional de Freud, ressalta a atribuição de funções diferenciadas para Eros e pulsão de morte. Estamos nos remetendo, justamente, à função desobjetalizante da pulsão de morte. A partir de sua releitura de *A negativa*, Green discute aspectos estruturantes do negativo na construção dos limites intra e intersíquico. A ação do negativo, como evento psíquico, abarca variadas manifestações como o recalque, a forclusão e a função desobjetalizante. Ou seja, este trabalho é crucial na delimitação dos espaços psíquicos. É, contudo, principalmente na inflexão sobre o objeto primário, também chamado por ele de “objeto absolutamente necessário”, que o trabalho do negativo adquire sua maior importância para a construção do limite interno/externo.

Sem querer minimizar a importância das abordagens pulsionais, Green nos faz pensar também na centralidade do objeto na dinâmica limítrofe da

denominada clínica do vazio, caracterizada por uma capacidade representacional prejudicada. Nos casos limites há uma dificuldade de apagamento do objeto primário, o que daria lugar aos objetos substitutos. O objeto não se mostra falível (e sim absoluto e onipresente), indicando a insuficiência da função negativizante.

O referido capítulo termina por sugerir uma aproximação entre Winnicott e Green. Mesmo que, inicialmente, esses autores possam parecer diferentes, os dois compartilham da apreciação pelo paradoxo na construção de suas posições (o que nem sempre está claro nos textos greenianos). Afinal, encontramos em Green, entre outros argumentos neste mesmo sentido, a função do objeto como sendo paradoxal, na medida em que estimula e ao mesmo tempo contém e delimita a pulsão.

Ampliando os elementos teóricos e clínicos inseridos na problemática dos limites psíquicos, o terceiro capítulo propõe investigar a singularidade da técnica psicanalítica a ser utilizada nos casos em que a dimensão do traumático exerce papel especial. Fiel às indicações freudianas, sem achar necessária a construção de novos paradigmas nesta clínica, mas tão somente aprofundamento e desdobramentos dessas indicações, este capítulo privilegia as contribuições de Freud. Estas, dizem respeito, principalmente, ao segundo dualismo pulsional – mais particularmente à noção de compulsão à repetição.

A nova teoria pulsional e o segundo modelo do aparelho psíquico resultaram na abertura a outras configurações clínicas (além da neurose) nas quais a dimensão de violência psíquica, o traumático, comparece de forma incontestável. No entanto, no que diz respeito ao método destes tratamentos, Freud não nos reservou muitas contribuições. Por isto, a proposta deste capítulo é articular esses avanços teóricos ao âmbito da clínica do traumático.

O tratamento, nestes casos, não seria o dito clássico que, imerso no retorno do recalcado da neurose, alicerça-se no desejo inconsciente reativado na situação transferencial e na interpretação que visa à elaboração dos traços infantis. Em termos transferenciais, os pacientes em questão demandarão que o analista viva aquilo que não pôde ser representado em suas histórias, bem como que lhe “retornem” aquilo que não pôde ser sentido de si. Em termos de interpretação, esta terá que se dirigir mais para a problemática da utilização do objeto do que para a relação com o objeto. O terceiro capítulo termina por sugerir que o tratamento deveria promover a “invenção” de fantasias - o que supõe o estabelecimento de ligações, sendo que estas têm a peculiaridade de serem primárias. Os recursos utilizados pelo psiquismo do paciente são aqui entendidos como uma tentativa de “cura”.

Em torno deste debate, não podemos esquecer que as condições sócio-culturais de subjetivação têm conseqüências subjetivas. A interface da psicanálise com as ciências sociais - nas figuras fundamentalmente de Lipovetsky e Ehrenberg - é explorada no quarto capítulo. Nossa sociedade - na qual predomina um individualismo exacerbado, sem sustentáculos institucionais simbólicos - apresenta condições de subjetivação que têm como conseqüências a intensificação da vulnerabilidade aos traumas, a função desobjetalizante e as manifestações do narcisismo negativo.

Diante do prejuízo da capacidade de simbolização, no qual o fazer clínico se caracteriza pelo vazio afetivo e pela paralisia do pensamento, a tarefa do analista seria a de oferecer ao paciente um espaço no qual o excesso possa se transformar em ausência, enquanto esquecimento ou apagamento do objeto psíquico. Ausência esta, que daria lugar ao vazio estruturante que permite a simbolização.

Acontece que nos estados limites, estamos diante de uma dificuldade na capacidade de criação simbólica que auxiliaria na elaboração da perda do outro. Estamos diante, como explora o quinto capítulo, de patologias nas quais se encontra uma complexa relação entre interioridade e exterioridade que são marcadas por problemáticas identitário-narcísicas. Nelas, a questão da alteridade pode servir de operador relevante para ampliarmos nossa compreensão destes casos. Em seu modo de funcionamento, a interioridade vê-se suplantada por uma tendência à exteriorização. E sabemos que aquilo que não se faz representar tende a se apresentar como ato.

A relação com o *outro* serve aqui, de contraponto entre estados limites e outros quadros como neurose, paranóia e melancolia. Se na neurose a perda do objeto provoca angústia; nos casos fronteiriços muito mais do que se verem ameaçados de perder o objeto, parecem estar diante da impossibilidade de perdê-lo. Para estes, é como se o objeto é que viesse atestar a sua existência. Já em contraponto à paranóia temos que, se nela o mundo interno vem a ser colocado no lugar da realidade, os sujeitos no estado limite necessitariam sustentar um permanente interesse do outro. Da mesma forma, se num primeiro momento podemos querer aproximá-los da melancolia, posteriormente vemos que, nos estados limites, o combate ao objeto perseguido não se dá no interior, posto que tenham aqui o recurso à exteriorização. Não se trata, portanto, de identificações de tipo narcísicas que põem em jogo a ameaça de perda. Trata-se de estados de dependência que põem em jogo a ameaça de não poder perder o objeto.

Considerações sobre as vicissitudes do objeto, sobre a construção dos limites intra e intersubjetivos e sobre o trabalho do negativo são mostrados no

sexto capítulo. Estas nos levam à hipótese de que, nesses casos – caracterizados também por sua incapacidade de pensar, bem como, pelos mecanismos básicos de cisão e depressão primária – comparece fortemente a onipresença do objeto invasivo e a inacessibilidade do objeto idealizado.

Outro caminho de reflexão sobre esses casos é – como faz o sétimo capítulo – vinculá-los à dimensão de violência própria à vida psíquica. Nessas patologias, cujas angústias básicas são as de separação e intrusão, percebem-se como típicas, as passagens ao ato. Nelas, as questões do poder, bem como da invasão pulsional nas fronteiras do ego, revelam-se fundamentais. Da mesma forma, as relações de domínio, que aqui se estabelecem, têm a sedução originária como protótipo. Nestes casos, a inicial relação ilusória, sem lugar para a diferença, parece não ceder a uma nova série de enunciados “identificantes” que poderiam marcar a alteridade entre os dois protagonistas.

A temática da ilusão se insere de forma também fecunda para nossa compreensão dos estados limites. O oitavo capítulo, por sua vez, esclarece que, no campo psicanalítico, a ocupação maior do tema “ilusão” está na sua capacidade de potencialidade psíquica, mais do que considerá-la em relação à verdade ou à falsidade. Apesar de ter sofrido uma série de apreciações nos textos freudianos, afirma-se que este conceito em Freud parte do reconhecimento da relação antagônica entre o desejo e o seu oposto: a inevitabilidade do desamparo.

Posteriormente a Freud, o tema desdobrou-se em diferentes interpretações. O referido artigo trabalha seu desdobramento em Chasseguet-Smirgel e em Winnicott. Contudo, se para a primeira autora citada, a Ilusão, ao buscar o estado mítico de fusão original, é vista em suas conseqüências patológicas quando atreladas a aspectos totalitários e perversos; para o segundo autor, a ilusão é mais positivamente pensada. Esta deve ser entendida a partir dos momentos de desenvolvimento emocional primitivo. Isto levou Winnicott a concluir que vivemos no espaço da ilusão, território do paradoxo criativo.

Toda essa discussão nos ajuda a pensar as patologias dos estados limites, assim como também alguns fenômenos grupais contemporâneos. As passagens ao ato, as toxicomanias e os episódios psicossomáticos, típicos da clínica contemporânea, nos remetem tanto à busca de um estado ideal livre do conflito, como na concepção de Chasseguet-Smirgel, quanto à dificuldade em fazer uso do espaço da ilusão, como na concepção winnicotiana.

O livro finaliza com dois capítulos acerca da temática do superego. O primeiro começa por explicitar a dupla faceta do superego em Freud: representante da realidade e instância que extrai das pulsões a sua força. Passa pelos desdobramentos feitos por Klein e foca no ponto de vista de Laplanche no

qual, baseado no primado da alteridade do outro e do sexual, nos faz poder repensar a questão dos limites entre exógeno e endógeno.

Para Laplanche, há uma única e mesma libido em ação nos dois tipos de pulsões: pulsão sexual de morte (des-ligação) e pulsão sexual de vida (ligação). Sua teoria da sedução generalizada permite analisar o superego na sua “condição de estrangeiro na tópica” (p. 138). O fundamento da formação do superego está, ainda seguindo os argumentos de Laplanche, nas mensagens enigmáticas do adulto sedutor que a criança, passivamente, não consegue metabolizar. O superego é considerado um “corpo estranho” ao esquema de metabolização-recalcamento. Diante da impossibilidade de traduzir e de “des-traduzir”, o sistema do ego sofre a ação da des-ligação e é compelido a agir a partir de um imperativo “estrangeiro”.

O superego não é aqui encarado como uma instância primariamente identificatória e, ao contrário, é entendido como uma espécie de “negativo” da identificação. Acrescenta haver “enclaves superegóticos” (p.142) que dão-nos sinais de uma impossibilidade de assimilar aquilo que vem do outro. Assim, o penúltimo capítulo propõe a existência de imperativos superegóticos que seriam comparáveis, em todos os indivíduos, a um “enclave psicótico” (p. 144).

O último capítulo parte suas análises do conceito de “supereu cultural” (p.147) apresentado por Freud no *Mal-estar na civilização*. Afirma que este conceito, apesar de se apresentar diferente do que encontramos em 1930, ainda pode enraizar seus fundamentos nos próprios textos do pai da psicanálise, se mantiver suas referências a trauma, a desamparo e a desfunção pulsional. Caracterizando o contemporâneo pela sociedade da globalização e do consumo, no qual as hierarquias simbólicas e a tradição não ocupam o mesmo lugar de outrora, este último trabalho afirma que presenciamos novas condições de emergência psíquica que, se pensarmos a partir dessas últimas referências freudianas, respondem com uma formação de supereu ditatorial e desatinado.

Finalizando a leitura deste livro, percebemos que ele nos apresenta uma discussão ampla e bem fundamentada a respeito dos estados limites. Seu estilo estimulante e a riqueza de suas análises, que vão se costurando sutilmente, o torna imperdível para aqueles que desejam refletir sobre as fronteiras entre o eu e o outro. Só nos resta dizer que ganhamos todos com sua investigação sistemática sobre uma questão tão relevante para nossa atualidade.